

**AgInt no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1529442 - SP  
(2019/0182081-8)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : ITAU UNIBANCO S.A**  
**ADVOGADOS : MÁRCIO PEREZ DE REZENDE - SP077460**  
**ALESSANDRO ALCÂNTARA COUCEIRO -**  
**SP177274**  
**HELENA LUCIANA FORASTIERI RODRIGUES -**  
**SP293079**  
**AGRAVADO : ANGELO NUNES SINDONA**  
**ADVOGADO : ANGELO NUNES SINDONA (EM CAUSA PRÓPRIA)**  
**- SP330655**  
**INTERES. : ALUMINIUM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**  
**INTERES. : JORGE ANTONIO GARCIA RIBEIRO**

### **EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL – AÇÃO DE EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE RECONSIDEROU DELIBERAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE E, DE PLANO, CONHECEU DO AGRADO PARA DAR PROVIMENTO RECLAMO DA PARTE ADVERSA.

INSURGÊNCIA RECURSAL DO EXEQUENTE.

1. Nos termos da orientação firmada pela Segunda Seção deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.746.072/PR, DJe 29.03.2019, os honorários advocatícios de sucumbência, na vigência do CPC/15, devem ser fixados de acordo com os seguintes critérios: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º). Precedentes.

2. Agravo interno desprovido.

### **ACÓRDÃO**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi  
Relator